

# Educação em tempos de desenvolvimentismo: o discurso em torno da formação para o trabalho nos Ginásios de Pernambuco (1969-1971)

Education in times of developmentism: the discourse about training for work in Pernambuco Gymnasium (1969-1971)

Adriano Ricardo Ferreira da Silva\*

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5739-9142>

Humberto da Silva Miranda\*\*

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6045-3453>

## Resumo

Este trabalho objetiva analisar as narrativas em torno dos Ginásios Orientados para o Trabalho em Pernambuco, entre 1969 e 1971. A partir do estudo de publicações do Diário Oficial, bem como do periódico Diário de Pernambuco, procuramos problematizar os discursos da classe política local. Os resultados apontam que os agentes locais não aderiram totalmente ao projeto nacional, mas alternaram entre momentos de aderências e distanciamentos no que se refere às estratégias de legitimação da formação para o trabalho nesses Ginásios.

**Palavras-chave:** Ginásios; Educação para o trabalho; Desenvolvimento.

## Abstract

This work aims to analyze the narratives around the Work Oriented gymnasiums in Pernambuco, between 1969 and 1971. From the study of publications in the Official Diary, as well as the Pernambuco daily newspaper, we seek to problematize the discourses of the local political class. The results show that local agents did not fully adhere to the national project, but alternated between moments of adherence and detachment with regard to strategies to legitimize training for work in these gymnasiums.

**Keywords:** Gymnasiums; Education for work; Development.

---

\*Mestre em História pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). Pesquisador do Laboratório de História das Infâncias do Nordeste (LAHIN). E-mail: [adrianoref@gmail.com](mailto:adrianoref@gmail.com).

\*\*Doutor em História pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). Professor do Departamento de Educação, do Programa de Pós-Graduação em História e do Programa de Pós-Graduação em Educação, Culturas e Identidades da UFRPE. Coordenador do Laboratório de História das Infâncias do Nordeste (LAHIN). E-mail: [humbertoufrpe@gmail.com](mailto:humbertoufrpe@gmail.com).

## Introdução

Entre os últimos anos da década de 1960 e o início dos anos de 1970 o Brasil vivia um dos momentos mais tensos e controversos de sua história recente. A ditadura civil-militar brasileira iniciada em 1964 atingia o auge da perseguição política, sobretudo após o Ato Institucional nº 5 (AI-5), editado em dezembro de 1968, ainda no governo do presidente Artur da Costa e Silva (1967-1969), o que abriu caminho para a forte repressão empreendida pelo presidente seguinte, Emílio Garrastazu Médici (1969-1974). Por outro lado, o momento marca também o chamado “milagre econômico” que, de certa forma, escamoteou parte dos problemas sociais e políticos do país à época.

O discurso do desenvolvimento, sustentado pelo suposto milagre, acabou se tornando a tônica do regime, especialmente no governo Médici, e foi o grande motor das reformas no campo da Educação, sobretudo no Grau Médio. Pretendia-se formar o “cidadão cívico” e trabalhador, e o tradicional ensino acadêmico deveria dar lugar à formação para o trabalho. É nesse cenário, em que o Ministério da Educação e Cultura (MEC) pretendia “modernizar” o Ensino Secundário, que surgem os Ginásios Orientados para o Trabalho (GOT’s).

Os GOT’s, na prática, tinham a finalidade de substituir a perspectiva acadêmica pela “orientação para o trabalho” nas escolas ginásiais de todo país. Segundo o pesquisador da Educação Antônio Cunha, “cerca de 600 ginásios desse tipo foram construídos no Brasil”.<sup>1</sup> O Estado procurou legitimar esse projeto pelas mais variadas estratégias discursivas, quase sempre tendo como pano de fundo os discursos do desenvolvimento e do trabalho. Como explica Foucault, o discurso é um instrumento de desejo.<sup>2</sup> A crença de que o suposto desenvolvimento poderia trazer o bem-estar social gerava um imaginário capaz de conferir certa legitimidade às políticas do regime, mesmo nos tempos do arbítrio.

O projeto de desenvolvimento seguia uma estratégia de poder que Suzeley Mathias chamou de “controle do centro sobre o conjunto”,<sup>3</sup> que consistia na tentativa de domínio administrativo do centro do poder sobre os estados federados, algo que nem sempre funcionou totalmente. Neste estudo,

<sup>1</sup> CUNHA, Luiz Antônio. Roda-viva. In: CUNHA, Luiz Antônio; GÓES, Moacyr de. *O golpe na educação*. 6. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1989, p. 62.

<sup>2</sup> FOUCAULT, *A ordem do...* op. cit.

<sup>3</sup> MATHIAS, Suzeley Kalil. *A militarização da Burocracia: a participação militar na administração federal das comunicações e da Educação 1963-1990*. São Paul: UNESP, 2004, p.162.

voltamos nossos olhares para Pernambuco, analisando as aderências e distanciamentos do governo local em relação ao projeto nacional nos três primeiros anos do governo Médici, e como esse processo influenciou os discursos e práticas acerca da formação para o trabalho nas instituições de ensino do estado.

Para tanto, procuramos estudar o cenário em que esses novos Ginásios emergem em terras pernambucanas, traçando um panorama da situação educacional do estado e, a partir de investigações realizadas no Diário Oficial de Pernambuco (DO/PE) e no periódico comercial Diário de Pernambuco, entre os anos de 1969 e 1971, problematizamos as narrativas em torno da implantação dos GOT's em âmbito local.

## Pernambuco nos tempos do “desenvolvimento” nacional

Quando chegou ao governo de Pernambuco, em 31 de janeiro de 1967, indicado pelo então presidente Humberto Castelo Branco (1964-1967), Nilo de Souza Coelho (1967-1971),<sup>4</sup> em seus primeiros atos como governador, ressaltou a preocupação com o crescimento econômico do estado e com os problemas inerentes ao desenvolvimento local. O que demonstra que, embora seja inegável que os efeitos do “milagre” tenham impactado a política e a economia do estado, o apelo ao discurso do desenvolvimento era algo que precedia o governo Médici e o próprio “milagre”, que ganharia corpo em âmbito nacional, em grande medida, a partir de 1968.

Em seu discurso de posse, Coelho destacou o que chamou de “complexo problema do subdesenvolvimento”, evidenciando que pretendia tornar esse tema uma questão central do seu governo, como é possível perceber em seu discurso:

Temos, nós todos, a felicidade e, ao mesmo tempo, o grave dever de compor uma geração consciente dos complexos e difíceis problemas resultantes do nosso subdesenvolvimento, dentro de um contexto que extravasa do Estado para a Região e da Região para o País.<sup>5</sup>

---

<sup>4</sup>Há longas datas na política regional e nacional, Nilo Coelho havia sido deputado estadual, em Pernambuco, pelo Partido Social Democrata (PSD) (1947-1950) e deputado federal, entre os anos de 1951 e 1966. Em 1967, voltaria ao cenário Pernambucano como governador do estado, com o apoio do poder central do regime. Ver: NILO de Souza Coelho. In: ABREU, Alzira Alves de et al (coords.) *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro - Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOD, 2010.

<sup>5</sup>PERNAMBUCO. Governador do estado (1967-1971 - Nilo de Souza Coelho). Discurso de Posse. Recife, 31 jan. 1967. In: PERNAMBUCO. *Diário Oficial [do] Estado de Pernambuco*. Recife, 01 fev de 1967.

A preocupação de Nilo Coelho em destacar, em seu discurso, a questão do desenvolvimento (ou da ausência dele) no estado, pode ser observada bem antes dos tempos do “milagre”. Aliás, deve ser entendida como algo que extrapola não só os tempos de Médici, mas o próprio regime civil-militar como um todo. É o que Dominique Maingueneau chama de “primado do interdiscurso”,<sup>6</sup> segundo o qual, todo discurso deriva de conexões dialógicas com seu “Outro”.<sup>7</sup> Ou seja, o discurso em torno do desenvolvimento, que ganha força a partir do final dos anos de 1960, emerge e é constituído de outros que o precedem.

Como é possível entender a partir da leitura de Carlos Fico, o desenvolvimento, e o próprio discurso que o sustenta, não é uma invenção do “milagre”, muito menos dos tempos de Médici. Trata-se de algo que vinha sendo gestado desde os tempos de Getúlio Vargas.<sup>8</sup> O discurso em torno do “milagre” resulta de um discurso de desenvolvimento já em curso há anos no debate político brasileiro. Ainda segundo o autor:

A modernização – aqui entendida como crescimento do PIB e suas consequências – não decorreu do regime autoritário; vinha sendo construída havia décadas. Note-se que não estou propondo mobilizar condicionais contrafáticos do tipo “teria havido crescimento mesmo que não houvesse ditadura”. O que estou afirmando é que o crescimento que houve durante o período não foi apenas uma decorrência das ações dos governos militares, devendo também ser lido em duração mais longa.<sup>9</sup>

Não há como negar, porém, que houve uma supervalorização do discurso desenvolvimentista a partir de Médici (provavelmente de forma inaudita na história do Brasil) e, sem dúvida, o advento do “milagre” ajudou não só a sustenta-lo, mas a sustentar o próprio governo, mesmo nos tempos de maior arbítrio do regime, o que fez com que os governos estaduais não se furtassem em tentar “surfear nas ondas” do “milagre”.

Porém, queremos aqui chamar a atenção para o fato de que o inegável alinhamento do governo de Pernambuco com o regime nos tempos do

<sup>6</sup> MAINGUENEAU, Dominique. *Gênese dos discursos*. Tradução: Sírio Possenti. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

<sup>7</sup> O “Outro”, na concepção de Maingueneau, é o discurso que o contrapõe, sem o qual o discurso enunciado não poderia existir. “Cada um introduz o Outro em seu fechamento, traduzindo seus enunciados na categoria do Mesmo [a partir do seu próprio discurso] e, assim, sua relação com esse Outro se dá sempre sob a forma do ‘simulacro’ que dele constrói”. Ver: MAINGUENEAU, op. cit., p. 31-46.

<sup>8</sup> FICO, Carlos. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 9, n. 20, p. 05 - 74, jan./abr. 2017.

<sup>9</sup> *Ibidem*, p. 30.

“milagre” não se trata de uma reprodução simples do projeto nacional, mas de algo que não prescindia dos interesses das elites políticas locais. Embora o discurso do desenvolvimento nos tempos de Médici tenha sido o impulsionador do debate acerca da chamada modernização do Ensino Secundário (que deu forma aos novos Ginásios) no estado, assim como o foi no debate nacional capitaneado pelo MEC, ele teve suas próprias regras no cenário pernambucano.

Não se trata de estratégias discursivas opostas, mas de uma característica própria assumida pelo estado em virtude de suas demandas. Nesse complexo arranjo de interesses em que se inter cruzam os discursos do governo federal e do governo local, há semelhanças e diferenças enunciativas que se relacionam. Como afirma Foucault:

Qualquer enunciado se encontra assim especificado: não há enunciado em geral, enunciado livre, neutro e independente; mas sempre um enunciado fazendo parte de uma série ou de um conjunto, desempenhando um papel no meio dos outros, neles se apoiando e deles se distinguindo: ele se integra sempre em um jogo enunciativo, onde tem sua participação, por ligeira e ínfima que seja.<sup>10</sup>

Uma das principais diferenças entre o projeto de desenvolvimento empreendido em Pernambuco em relação ao projeto nacional, pelo menos nos anos de Nilo Coelho, é a descentralização territorial dos investimentos públicos, o que vai ser observado, inclusive, na distribuição dos GOT's pelo estado. Quando nos reportamos ao debate nacional, percebemos que, na prática, parecia se privilegiar os grandes centros, o que talvez ajude a explicar as desigualdades regionais e a conseqüente migração em massa para as grandes cidades verificadas no período. Como coloca Daniel Aarão:

No quadro regional também se aprofundaram brutalmente as desigualdades, já que a modernização em curso era particularmente concentradora e centralizadora, o que se evidencia no estudo das migrações, no inchaço descontrolado das cidades e na revolução demográfica que concentrou em poucos anos processos que haviam se estendido por décadas em outras sociedades.<sup>11</sup>

Embora Pernambuco não necessariamente fuja a essa regra, há no estado um forte discurso do que a documentação oficial chama de “interiorização

<sup>10</sup> FOUCAULT, *A arqueologia do...* op. cit., p.112.

<sup>11</sup> REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 90.

do desenvolvimento”.<sup>12</sup> Em uma simbólica frase proferida pelo governador Nilo Coelho, em janeiro de 1969, publicada no Diário de Pernambuco, o chefe do executivo dizia: “governamos de costas para o mar, interiorizando o desenvolvimento”.<sup>13</sup> Tratava-se, pelo menos no discurso, de uma estratégia descentralizada de desenvolvimento, o que, em tese, evitaria o deslocamento das pessoas do interior em busca de oportunidades de reprodução social nos grandes centros da metrópole.

Em uma publicação do DO/PE, em agosto de 1969, o periódico destaca um estudo chamado “Onde investir em Pernambuco”, desenvolvido pela Secretaria de Indústria e Comércio do Estado, elencando possibilidades territoriais para investimentos. Segundo consta no periódico: “Dentre outros objetivos, o trabalho visa à interiorização do desenvolvimento industrial – oferecendo dados básicos referentes a vários municípios pernambucanos – de acordo com programa específico do Governo do Estado”.<sup>14</sup>

É fato que houve investimentos nesse sentido durante o período Coelho, como obras de infraestrutura, dentre as quais a construção de uma rodovia que ligou Recife a Petrolina, a intensificação da irrigação na área do Rio São Francisco e a expansão da eletrificação no interior. O destaque dado a chamada “interiorização do desenvolvimento” também pode ser observado no jornal Diário de Pernambuco. Sem disfarçar seu peculiar entusiasmo, em uma matéria sobre a formação de mão de obra para o desenvolvimento da indústria no interior do estado, o jornal pernambucano ressaltou que:

O titular da Secretaria de Indústria e Comércio preocupou-se, no momento, com uma das mais importantes metas do Governo do Estado: interiorização do desenvolvimento. Agindo em conjunto com o BANDEPE, DIPER e Itep, o Governo do Estado está levando os benefícios do processo desenvolvimentista ao homem do interior.<sup>15</sup>

Esse discurso da interiorização, capitaneado pela pasta da indústria e do comércio, parece ter refletido diretamente nas estratégias da Secretaria de Educação, Esporte e Cultura do Estado de Pernambuco (SEEC-PE). Afinal de

---

<sup>12</sup> A expressão aparece em diversas oportunidades, entre os anos de 1969 e 1971, tanto nos periódicos oficiais, como o Diário Oficial do Estado, quanto no Diário de Pernambuco, periódico comercial de grande circulação no estado.

<sup>13</sup> *Diário de Pernambuco*. Recife, 26 jan. 1969, p. 73.

<sup>14</sup> PERNAMBUCO. *Diário Oficial [do] Estado de Pernambuco*, Recife, 24 ago. 1969, p. 24.

<sup>15</sup> *Diário de Pernambuco*. Recife, 01 jan. 1969, p. 28.

contas, era preciso, como destacou a matéria, “levar os benefícios do desenvolvimento ao homem do interior”. Ao menos no discurso, há uma divergência entre a proposta pernambucana de interiorização e a do governo federal, no que se refere à própria política de expansão dos novos Ginásios. A chamada “Operação-Escola”,<sup>16</sup> que deveria ampliar a oferta de escolarização no país, priorizava as capitais e os grandes centros, localidades que o próprio decreto-lei que a criou chamou de “viáveis ao desenvolvimento”.

Essa estratégia, baseada em uma “política difusionista”,<sup>17</sup> implementada pelo poder central do regime em diversos setores e reproduzida por estados e municípios, foi bastante criticada por Antônio Cunha. Nas palavras do autor:

Ora, essa política de modernização vai de encontro à lei de ferro do desenvolvimento capitalista que força as pessoas mais qualificadas e os recursos materiais mais abundantes a convergirem para as regiões e as cidades mais prósperas, justamente o contrário dos que os polos difusores pretendiam fazer. [...] optam por instalar algumas grandes e bem equipadas escolas ao invés de melhorar o conjunto da rede pública, embora menos espetaculante.<sup>18</sup>

No caso de Pernambuco, é possível perceber, a partir do projeto GOT, que há, de fato, uma tentativa de descentralização desses Ginásios, que passa, fundamentalmente, pela perspectiva da interiorização. O próprio Nilo Coelho chegou a prometer o empreendimento de mais de 60 novos Ginásios na perspectiva “GOT” em todo estado. Entretanto, a investigação no DO/PE indica a transformação de 12 Ginásios acadêmicos em GOT’s e pelo menos 6 empreendimentos novos, classificados como de referência nos documentos oficiais. Além dos equipamentos localizados na capital Recife, é possível verificar a ocorrência desses colégios em mais dez municípios pernambucanos.

Entre os anos de 1969 e 1971, identificamos, entre equipamentos transformados e edificações novas, a ocorrência de GOT’s nas cidades de Recife, Igarassu, Jaboatão dos Guararapes, Camaragibe, Olinda, Goiana, Escada,

---

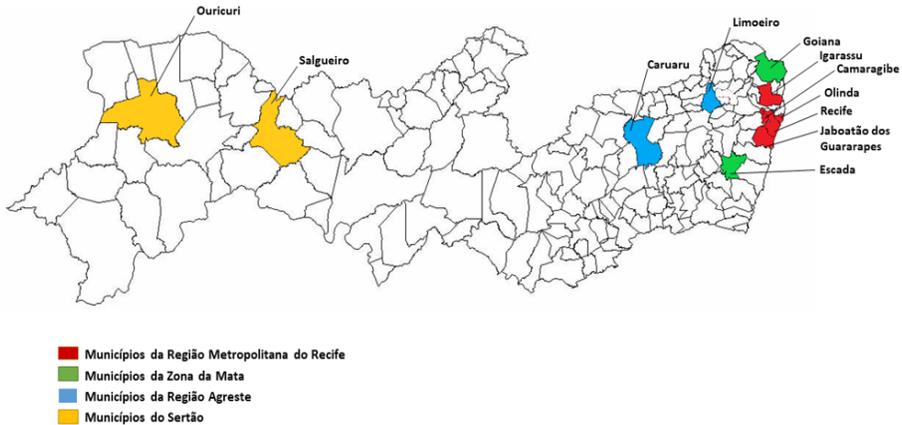
<sup>16</sup> A “Operação-Escola” foi criada pelo Decreto-Lei nº 63258, de 19 de setembro de 1968, enquanto Projeto Especial do Programa Estratégico de Desenvolvimento (PED), elaborado no ano anterior. Segundo consta no documento, o projeto tinha como finalidade “tornar efetiva, por etapas, a obrigatoriedade escolar dos sete aos quatorze anos de idade”.

<sup>17</sup> Consiste em uma estratégia de desenvolvimento em que se pretende antes modernizar os grandes centros e, posteriormente, difundir seus reflexos aos centros menores.

<sup>18</sup> CUNHA, op. cit., p. 63.

Caruaru, Limoeiro, Salgueiro e Ouricuri, como podemos observar no mapa abaixo:

Figura 1 – Mapa dos municípios com ocorrências de GOT's em Pernambuco (1969-1971)



Fonte: Elaboração própria.

Nota: Mapa extraído da Base de Dados Cartográficos do IBGE. Elaboração com base em levantamentos realizados nas publicações do DO/PE (1969-1971).

Como podemos observar, além da Região Metropolitana do Recife (Recife, Igarassu, Jaboatão dos Guararapes, Camaragibe, Olinda), é possível identificar outras três mesorregiões pernambucanas: Zona da Mata (Escada e Goiana); Agreste (Caruaru e Limoeiro); e Sertão (Salgueiro e Ouricuri). Em nosso levantamento, apenas na mesorregião do São Francisco não foram encontrados registros de Ginásios Orientados para o Trabalho no período que compreende esta pesquisa.

É bem verdade que a chamada “interiorização do desenvolvimento”, empreendida por Nilo Coelho, atendia aos interesses dos setores produtivos locais e não fugia da histórica lógica patrimonialista e clientelista presentes no estado. Curiosamente, foi na região do São Francisco (berço político e importante reduto eleitoral de Coelho por décadas) que não encontramos ocorrências dos novos Ginásios, muito embora, como afirma Lima Júnior, o então governador tenha investido em diversas obras na região que tangencia a sua cidade natal, Petrolina.<sup>19</sup> O que teria aumentado ainda mais o seu

<sup>19</sup> LIMA JÚNIOR, José Ferreira de. *Protestantismo e golpe militar de 1964 em Pernambuco: Uma análise da Cruzada de Ação Básica Cristã*. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião). Programa de Mestrado em Ciência

domínio político. O “milagre” era vivido e interpretado aos moldes de quem dele encontrava formas de tirar algum proveito.

Esse processo de “interiorização do desenvolvimento”, todavia, não escapou às críticas, justamente pelos problemas que encontrou em relação à sua capacidade de “desenvolver” algumas cidades mais afastadas da capital. Tal fato já há algum tempo vinha impactando a dinâmica social urbana do Recife, dado o chamado êxodo rural, que levava vultosa quantidade de pessoas das áreas rurais à metrópole Pernambucana no final da década de 1960, sem que a cidade, por sua vez, conseguisse absorver, dignamente, tamanho contingente migratório. Em uma matéria do Diário de Pernambuco, que foge à regra das propagandas ufanistas favoráveis ao governo Nilo Coelho, o jornal publicou, em 03 de janeiro de 1969:

O interior é um imenso celeiro de riquezas e de mão de obra laboriosas. Urge, portanto, que seja incrementada com intensidade e rigor a tão propalada política de interiorização do desenvolvimento, contribuindo para que também as regiões abandonadas do Sertão, do agreste e da Mata se transformem em pesos ativos na economia do Estado. Quando isto for conseguido, e não é difícil, o traumatizante êxodo rural e a construção de fétidas favelas, terão seu ponto final.<sup>20</sup>

A “tão propagada política de interiorização do desenvolvimento”, ironizada pelo periódico, na prática, parecia marchar a passos lentos, e os efeitos nacionais do “difusionismo”, criticado por Antônio Cunha, também pareciam flagrantes na capital do estado. Como coloca Elaine Freire, assim como no país como um todo, no caso de Pernambuco, os efeitos adversos das estratégias de desenvolvimento empreendidas pelo governo recaiam sobre a população mais pobre.<sup>21</sup> Eram as distorções do desenvolvimento acelerado manifestas também em âmbito local.

É nesse cenário que Pernambuco tentaria empreender, ao seu modo, um projeto de desenvolvimento que tinha, pelo menos no discurso, a Educação como lugar estratégico. Reproduzindo o discurso do MEC, sua ideia de Educação para o trabalho, passava, de forma contundente, pela chamada modernização dos Ginásios, entretanto, veremos que havia problemas bem

---

da Religião, Universidade Católica de Pernambuco, Recife, 2008, p. 69.

<sup>20</sup> *Diário de Pernambuco*. Recife, 03 jan. 1969, p. 11.

<sup>21</sup> FREIRE, Elaine Oliveira de Lima. Uma História Social do Movimento de Resistência a Ditadura Militar de Casa Amarela. In: Simpósio Nacional de História, 2005, Londrina. *Anais do XXIII Simpósio Nacional de História: história, guerra e Paz*, Londrina: ANPUH, 2005, p. 6.

mais urgentes e de soluções bem mais complexas. O discurso revolucionário em torno dos novos GOT's era entoado no meio institucional local ao mesmo tempo em que se constatava que quase 82% da população maior de 10 anos, segundo o IBGE, sequer tinha concluído no Ensino Primário.<sup>22</sup>

Como veremos no próximo tópico deste estudo, os efeitos do projeto desenvolvimentista e suas distorções ficaram bastante evidenciados nos problemas da Educação pernambucana no período. A ineficiência do projeto nacional dos governos Costa e Silva e Médici, que privilegiava a ampliação da escolarização nos grandes centros urbanos do país, em detrimento das regiões historicamente menos assistidas pelo poder público, também pode ser percebida a partir dos números da Educação no estado, divulgados pelo Censo Demográfico de 1970.<sup>23</sup> Os indicadores demonstram sérios problemas no que se refere à alfabetização, ao acesso à Escola e à sua permanência. Dados que se agravam ainda mais quando olhamos para o interior do estado.

## A Educação em Pernambuco e o cenário da desigualdade

Nos tempos em que o país falava em desenvolvimento acelerado e o governo local falava em interiorizá-lo, a maioria dos quase 5,2 milhões de pessoas residentes em Pernambuco, contabilizados no Censo de 1970, ainda aguardava as bênçãos desse progresso. Vivia-se, em Pernambuco, um misto entre os discursos otimistas e as incertezas potencializadas pelos problemas que o estado enfrentava, que nem sempre eram contornadas por estratégias discursivas. Afinal de contas, como coloca Elaine Freire, as distorções sociais da política desenvolvimentista empreendida pelo regime recaíam sobre os pernambucanos menos afortunados.<sup>24</sup>

<sup>22</sup> IBGE. *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística*. Censo Brasileiro de 1970. Série Regional (Pernambuco). Rio de Janeiro: IBGE, 1972.

<sup>23</sup> O Plano de Divulgação dos resultados do Censo de 1970, do IBGE, contou com duas etapas preliminares que antecederam as versões definitivas. A primeira foi apresentada entre janeiro e junho de 1971, em 25 volumes, correspondentes aos estados e ao total do país. A segunda etapa foi apresentada em um único volume, em julho de 1971, ainda em caráter preliminar, a partir de uma amostra probabilística definida por sua equipe técnica. Para fins deste estudo, utilizaremos as versões finais, tanto do volume destinado ao estado de Pernambuco, apresentado em dezembro de 1972, quanto do volume correspondente ao todo do país, apresentado em junho de 1973. Para um melhor detalhamento dos resultados nacionais (ou por estado), ver: IBGE. *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística*. Censo Brasileiro de 1970. Rio de Janeiro: IBGE, 1970. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?id=769&view=detalhes>. Acesso: 09 mai. 2022.

<sup>24</sup> FREIRE, op. cit.

Discutiremos aqui um desses problemas, que é a questão do acesso à Educação por parte da população pernambucana, tentando traçar um breve panorama da situação educacional no estado a partir do Censo de 1970, realizado pelo IBGE. Falava-se em uma Escola moderna, capaz de sondar aptidões de forma igualitária, em um cenário em que, segundo o IBGE, quase 57% da população pernambucana com 5 anos ou mais de idade sequer sabia ler e escrever.<sup>25</sup>

A tabela a seguir, elaborada com base nos dados do Censo de 1970, apresenta os números da alfabetização das pessoas com 5 anos ou mais residentes em Pernambuco, considerando a população urbana e rural:

**Tabela 1** – Alfabetização de pessoas de 5 anos ou mais em Pernambuco – população urbana e rural (1970)

ALFABETIZAÇÃO DE PESSOAS DE 5 ANOS OU MAIS NO ESTADO DE PERNAMBUCO - POPULAÇÃO URBANA E RURAL (1970)			
	População de 5 anos ou mais	Sabem ler/ escrever	Não sabem ler/ escrever ou não declararam
População urbana (homens)	1.106.802	664.220	442.582
População urbana (mulheres)	1.277.548	734.556	542.992
<b>Total população urbana</b>	<b>2.384.350</b>	<b>1.398.776 (58,66%)</b>	<b>985.574 (41,34%)</b>
População rural (homens)	965.790	227.276	738.514
População rural (mulheres)	977.909	236.690	741.219
<b>Total população rural</b>	<b>1.943.699</b>	<b>463.966 (23,87%)</b>	<b>1.479.733 (76,13%)</b>
<b>População total</b>	<b>4.328.049</b>	<b>1.862.742 (43,04%)</b>	<b>2.465.307 (56,96%)</b>

Fonte: IBGE (1972) – elaboração própria

Os dados mostram que, em 1970, 56,96% da população total residente no estado (com 5 anos ou mais), independente do grau de instrução, não era alfabetizada ou pelo menos não declarou ser. Percentual que representa quase 2,5 milhões de pessoas que não sabiam ler e escrever no estado. Tomando

<sup>25</sup> IBGE. *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Brasileiro de 1970. Série Regional (Pernambuco)*. Rio de Janeiro: IBGE, 1972.

como parâmetro a média nacional, por exemplo, Pernambuco ficava bem abaixo, já que a taxa de pessoas que sabiam ler e escrever no Brasil era de 60,34%,<sup>26</sup> enquanto que os números pernambucanos apontavam para 43,04%. São números que certamente não eram animadores aos que atuavam em defesa do discurso do desenvolvimento no contexto local.

Os dados da tabela 1 indicam, ainda, uma grande disparidade em relação à alfabetização da população residente em áreas urbanas e a residente em áreas rurais. Enquanto no meio urbano o percentual de pessoas que não sabiam ler e escrever ou não declaram era de 41,34%, no meio rural esse número salta para 76,13%. Os números do analfabetismo no meio rural pernambucano também colocam o estado abaixo da média nacional, que é de 58,53%.<sup>27</sup> São dados, no mínimo, frustrantes para o governo Nilo Coelho, que, segundo ele próprio, “governava de costas para mar” havia três anos.

Fizemos o mesmo exercício de análise considerando apenas a faixa etária entre 10 e 14 anos, intervalo em que os meninos e meninas deveriam estar cursando o Ensino Ginásial, de acordo com o que previa a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1961.<sup>28</sup> Os dados mostram que há, para essa faixa etária, uma discreta melhora na média em relação à população de 5 anos ou mais, no entanto, mantém a disparidade entre o meio rural e o meio urbano, como podemos observar na próxima tabela:

---

<sup>26</sup> IBGE. *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística*. Censo Brasileiro de 1970. Série Nacional. Rio de Janeiro: IBGE, 1973.

<sup>27</sup> IBGE. *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística*. Censo Brasileiro de 1970. Série Nacional. Rio de Janeiro: IBGE, 1973.

<sup>28</sup> A LDB de 1961 previa que o educando poderia ingressar no Ginásio aos 10 anos, desde que completasse 11 anos no decorrer do ano letivo e obtivesse aprovação no exame de admissão.

**Tabela 2** - Alfabetização de pessoas de 10 a 14 anos em Pernambuco – população urbana e rural (1970)

ALFABETIZAÇÃO DE PESSOAS DE 10 A 14 ANOS NO ESTADO DE PERNAMBUCO- POPULAÇÃO URBANA E RURAL (1970)			
	População para faixa etária de 10 a 14 anos	Sabem ler/ escrever	Não sabem ler/ escrever ou não declararam
População urbana (homens)	169.854	111.128	58.726
População urbana (mulheres)	180.233	127.288	52.945
<b>Total população urbana</b>	<b>350.087</b>	<b>238.416 (68,10%)</b>	<b>111.671 (31,90%)</b>
População rural (homens)	153.582	35.430	118.152
População rural (mulheres)	153.448	45.816	107.632
<b>Total população rural</b>	<b>307.030</b>	<b>81.246 (26,46%)</b>	<b>225.784 (73,54%)</b>
<b>População total</b>	<b>657.117</b>	<b>319.662 (48,65%)</b>	<b>337.455 (51,35%)</b>

Fonte: IBGE (1972) – elaboração própria

Quando analisamos a tabela acima, percebemos que, mesmo considerando as crianças e adolescentes em idade escolar regular para o Ginásio em Pernambuco, não há uma melhora significativa nos indicadores de alfabetização. O percentual do público de 10 a 14 que sabe ler e escrever (considerando população rural e urbana) é de 48,65%. O que significa dizer que, também para essa faixa etária, a maioria da população geral não sabia ler e escrever ou não declararam (51,35%). Se tomarmos como parâmetro os dados do levantamento nacional, veremos que há uma disparidade ainda maior para esse público, visto que a média brasileira de pessoas que sabiam ler e escrever era de 70,05%.<sup>29</sup>

A disparidade observada entre o meio rural e o meio urbano também é algo que se mantém quando restringimos a análise ao público em idade ginasial, ainda que haja uma leve melhora em relação ao cenário apresentado na tabela anterior. Se no meio urbano a população que não sabia ler e escrever era de 31,90%, no meio rural esse número salta para 73,54%, o que nos permite

<sup>29</sup> IBGE. *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Brasileiro de 1970. Série Nacional*. Rio de Janeiro: IBGE, 1973.

afirmar que se havia urgência em alfabetizar a população nos grandes centros urbanos, essa urgência era ainda maior nas pequenas cidades, de áreas majoritariamente rurais. O estado que se queria protagonista no cenário nacional ainda lutava para alfabetizar sua população e apresentava índices incompatíveis com próprio projeto capitalista que se queria empreender.

A última tabela que analisaremos nesse panorama do cenário educacional em Pernambuco é imprescindível para este estudo, pois apresenta uma representação do grau de escolarização completa da população no estado, e nos permite fazer uma leitura sobre qual era o Ginásio que se queria modernizado, polivalente e orientado para o trabalho. Veremos que o retrato da Educação formal em Pernambuco apresenta questões bem mais urgentes:

**Tabela 3** – Escolarização completa das pessoas de 10 anos ou mais no estado de Pernambuco (1970)

ESCOLARIZAÇÃO DE PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS NO ESTADO DE PERNAMBUCO (1970)						
	População com 10 anos ou mais	Grau Primário	Grau Médio		Ensino superior	Nenhum grau concluído e não declarados
			Ginásio	Colegial		
Homens	1.687.544	207.759	46.005	31.518	13.829	1.388.433
Mulheres	1.870.722	245.887	50.940	45.941	5.975	1.521.979
<b>Total</b>	<b>3.558.266</b>	<b>453.646 (12,75%)</b>	<b>96.945 (2,72%)</b>	<b>77.459 (2,18%)</b>	<b>19.804 (0,56%)</b>	<b>2.910.412 (81,79%)</b>

Fonte: IBGE (1972) – elaboração própria

Quando analisamos os dados apresentados pelo Censo de 1970 para os cursos realizados integralmente pelos residentes em Pernambuco, chama a atenção, de imediato, a quantidade de pessoas com 10 anos de idade ou mais que não concluíram nenhum grau da Educação formal estabelecido pela LDB de 1961. Surpreendentes 81,79% da população para a faixa etária não concluíram sequer o Grau Primário. E dos 18,21% da população que conseguiu concluir o Ensino Elementar (Primário), 12,75% não seguiram para o Ensino Ginásial. Vale lembrar que até a Reforma do Ensino de 1ª e 2ª Graus de 1971 a Educação era obrigatória apenas até o Ensino Primário, e havia, ainda, o exame de admissão, que limitava o acesso às demais etapas da Educação formal no país.

De qualquer maneira, e em que pese o evidente problema da obrigatoriedade da Educação escolar prevista apenas por quatro anos (Ensino Primário), Pernambuco, em 1970, apresentava sérias dificuldades em proporcionar, inclusive, essa formação mínima à sua população. Os 18,21% que conseguiu concluir o curso primário representava um percentual bem abaixo da média nacional que, segundo o IBGE, era de 30,27%.<sup>30</sup> O cenário pernambucano para escolarização formal apresentado no Censo de 1970 era demasiadamente alarmante para o governo do estado, sobretudo para aqueles tempos em que Educação e desenvolvimento eram vulgarmente associados no discurso institucional.

Entretanto, é possível perceber, a partir da leitura do próprio Diário Oficial de Pernambuco (DO/PE), que o governo local não foi necessariamente surpreendido com os dados divulgados pelo Censo 1970. Em uma publicação de fevereiro de 1969, o periódico oficial pernambucano apresentou alguns dados de uma pesquisa realizada pelo Conselho de Desenvolvimento de Pernambuco (CONDEPE), na qual o secretário geral do órgão, o economista Gilman Prudente, chamou a atenção para os problemas da evasão escolar no estado, especialmente no interior, como podemos ver no documento:

Salientou o Secretário Geral do CONDEPE que a evasão escolar atinge grandes proporções, principalmente no curso primário, entre o primeiro e terceiro anos, quando mais de duas terças partes dos alunos abandonam a escola. [...] Este abandono da escola - acentuou -, sobretudo no Interior, reveste numa volta ao analfabetismo, tendo em vista o reduzido tempo de permanência escolar, acarretando uma marginalização considerável de grande parte dessa população, sacrificada, desde o início da escolaridade, pelas condições precárias de vida que desfruta e pelo atraso cultural.<sup>31</sup>

Distante de ser uma novidade, portanto, o início dos anos de 1970 traz consigo a fatídica realidade de que havia muito a se fazer para que o famigerado desenvolvimento ultrapassasse o campo do discurso. Ao se referir a uma “volta ao analfabetismo”, o secretário certamente procurou atenuar a inquietante situação escolar em Pernambuco, uma vez que até então o analfabetismo nunca esteve sequer próximo de ser erradicado no estado. Nesse sentido, não havia razão para se falar em “volta”, mas sim em “agravamento”. Contudo,

---

<sup>30</sup> Ibidem

<sup>31</sup> PERNAMBUCO. *Diário Oficial [do] Estado de Pernambuco*, Recife, 20 fev. 1969, p. 36.

trata-se de um problema que precisa ser analisado de forma mais ampla, sem perder de vista o caráter excludente e desigual do projeto de desenvolvimento empreendido pelo poder central do regime, do qual, é bem verdade, o governo de Pernambuco fazia parte. Como afirma Olinda Noronha, o direcionamento da Educação do regime reproduzia o quadro do projeto de sociedade, que era utilitarista e discriminador, que acabava por beneficiar a poucos.<sup>32</sup>

Os números do estado, sobretudo nas áreas mais afastadas da capital Recife, mostram que as estratégias da Operação-Escola, do governo federal, baseada na relação simplista Educação/desenvolvimento, que privilegiou capitais e grandes centros, foram equivocadas e fracassaram duplamente em sua proposta. Se por um lado, ao negligenciar as cidades menores, acabaram potencializando as desigualdades territoriais nacionais e locais, por outro lado, também não alcançou resultados expressivos nas próprias metrópoles.

A impetuosa disparidade existente entre o meio urbano e o meio rural na questão da alfabetização em Pernambuco ajuda a explicar por que o governo Nilo Coelho, na contramão do que estabelecia a Operação-Escola, vai investir alguns esforços em expandir a rede estadual de ensino nos centros menores, portanto, mais próximos das áreas rurais. Estratégia que tentaria adotar também em relação ao GOT's. Os indicadores pareciam deixar bem evidente que a chamada interiorização do desenvolvimento que se tentava pôr em prática demandava bem mais do que algumas obras de infraestrutura que o estado empreendera. Mas o fato é que, em maior ou em menor medida, o problema do acesso à Escola, bem como da manutenção, assolava todo o estado.

É nesse cenário, de grandes problemas de acesso à Educação por parte do povo pernambucano, no qual apenas 2,72% da população tinham concluído o Ensino Ginásial até o ano de 1970,<sup>33</sup> que o discurso da formação para o trabalho nos Ginásios vai ser difundido no meio institucional. Os GOT's representavam não só uma revolução na formação de mão de obra, que daria conta de atender aos setores produtivos do estado, mas eram, também, algo inovador na própria concepção pedagógica, uma vez que o então ensino acadêmico (e sua formação para as humanidades) estava, segundo os próprios representantes da pasta da Educação de Pernambuco, obsoleto.

<sup>32</sup> NORONHA, Olinda Maria. A luta pela ampliação das oportunidades escolares (1950-1990). In: NORONHA, Olinda Maria; RIBEIRO, Maria Luisa; XAVIER, Maria Elizabete. *História da Educação: a escola no Brasil*. São Paulo: FTD, 1994, p. 249.

<sup>33</sup> IBGE. *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística*. Censo Brasileiro de 1970. Série Regional (Pernambuco). Rio de Janeiro: IBGE, 1972.

Veremos a seguir que Pernambuco não vai, nesse aspecto, em um sentido distinto do que preconizava o MEC. Há no discurso oficial local, de fato, um forte apelo ao discurso da ressignificação do trabalho e uma forte crítica ao ensino acadêmico, que estaria obsoleto aos tempos do desenvolvimento nacional. Analisaremos, então, como se dava o discurso de desqualificação do ensino acadêmico (humanístico) e a supervalorização do ensino técnico, voltado ao trabalho, no cenário pernambucano. Assim como no âmbito nacional, a modernização dos Ginásios pernambucanos estava “na ordem do dia”.

### **Do ensino acadêmico à orientação para o trabalho: o discurso da modernização dos Ginásios em Pernambuco**

A chamada modernização do Ensino Secundário, que implicou no projeto de implementação dos novos Ginásios no Brasil, polivalentes e orientados para o trabalho, também ocorreu no cenário pernambucano. No discurso do MEC havia uma forte crítica ao Ensino Secundário pelo excesso de “humanidades” e escassez de “técnicas”, o que era incompatível com o projeto de desenvolvimento empreendido pelo regime. Porém, havia, ainda, o problema do dualismo, que se pretendia resolver justamente com os GOT’s, que trataria de unir as “humanidades” e as “técnicas” em sua estrutura e ofertá-las a todo público em idade ginásial, sem qualquer distinção de classe social.

Em documento publicado em maio de 1969, chamado de *Subsídios para o Estudo do Ginásio Polivalente (SEGP)*,<sup>34</sup> o MEC defendeu que não havia mais espaço no Brasil para o dualismo existente entre a Escola das elites (acadêmicas) e a Escola das classes populares (técnicas). Modernizar os Ginásios, portanto, passava por eliminar a perspectiva dualista nessa etapa da formação média dos estudantes. Esse discurso acabou se configurando uma forte estratégia de legitimação do projeto GOT’s em âmbito nacional.

Curiosamente, quando analisamos o discurso oficial do governo de Pernambuco no período, percebemos que, seja na fala do chefe do executivo, o governador Nilo Coelho, seja nas falas dos representantes da Secretaria de Educação e Cultura do Estado de Pernambuco (SEEC-PE), o debate sobre o fim do dualismo recebe pouca abordagem. Privilegia-se, portanto, o discurso de ampliação (que era absolutamente necessário à democratização do acesso)

---

<sup>34</sup>O SEGP reunia publicações produzidas nos últimos anos por renomados educadores que visavam modernizar o então chamado Ensino Secundário. As publicações, assinadas por intelectuais como: Anísio Teixeira, Newton Sucupira, Valnir Chagas e Gildásio Amado, tinham em comum a ideia de que o fim do dualismo era imprescindível para adequar a Escola brasileira aos novos tempos do progresso.

e modernização da rede de Ginásios, além, evidentemente, da sua contribuição ao projeto de desenvolvimento. Nesse aspecto, em consonância com o governo federal.

Como coloca Albuquerque Júnior, “todo discurso tem uma relação de coexistência com outros discursos com os quais partilham enunciados, conceitos, objetivos, estratégias, formando séries que devem ser analisadas”.<sup>35</sup> Procuramos então, nesse sentido, analisar essa relação entre o discurso nacional e o local, no que tange à chamada modernização dos Ginásios em Pernambuco.

No texto assinado por Gildásio Amado - que, segundo Zilda Nunes, foi um dos principais entusiastas da reformulação dos Ginásios tradicionais e articulador do projeto GOT no Brasil<sup>36</sup> - na publicação do SEGP, que trata especificamente dos Ginásios Orientados para o Trabalho, o MEC afirma o seu interesse em substituir, de uma vez por todas, o ensino acadêmico pela perspectiva polivalente dos GOT's. Era a hora de implantar um tipo de Ginásio compatível com os tempos do “milagre”, do desenvolvimento e do progresso do país. Como coloca Amado no referido documento ao elencar o que considera como algumas das principais vantagens da perspectiva GOT em relação aos Ginásios acadêmicos:

[Esta] atende aos objetivos do progresso econômico, fazendo convergir para as ocupações a força jovem de trabalho, na medida de suas afinidades vocacionais e, portanto, garantindo o mais adequado aproveitamento da maior riqueza de um país, que são as potencialidades de sua juventude; atende, portanto, à pedagogia, ao desenvolvimento social, aos interesses da economia e, como síntese de todos os seus fins, ao ideal democrático de igualdade de direitos.<sup>37</sup>

Espalhava-se a ideia de que o trabalho e a formação para sua finalidade resolveriam os seculares problemas econômicos e sociais dos brasileiros. Era um discurso atraente e sedutor, que encontrou nos Ginásios, justamente por

<sup>35</sup> ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. Discursos e pronunciamentos: a dimensão retórica da historiografia. In: LUCA, Tania Regina de; PINSKY, Carla Bassanezi. *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009, p. 235.

<sup>36</sup> NUNES, Zilda Clarice Rosa Martins. *A modernização do ginásio secundário e a manutenção da ordem*. Dissertação (Mestrado em Educação). Departamento de Filosofia da Educação, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1979.

<sup>37</sup> BRASIL. Ministério da Educação e Cultura (MEC)/ Equipe de Planejamento do Ensino Médio (EPEM). *Subsídios para o estudo do Ginásio Polivalente*. Rio de Janeiro: Diretoria do ensino secundário, 1969, p. 94.

ser o primeiro ciclo da Educação Média, uma importante forma de difusão. O que ajuda a explicar o investimento de energia do MEC e da própria presidência da república, sobretudo com Médici, no discurso renovador em relação a essa etapa da Educação.

A pasta nacional da Educação procurou, então, articular-se com as secretarias estaduais no sentido de viabilizar o mais rápido quanto fosse possível o seu projeto profissionalizante nos Ginásios. Cabia aos estados tomarem suas providências para adequar suas estruturas educacionais ao que preconizava o governo federal. Todo esse esforço em torno dos novos Ginásios se dava em um cenário em que quase 40% da população brasileira, segundo o Censo de 1970, sequer sabia ler e escrever. Em Pernambuco, não esqueçamos, esse número era de quase 57%.

Porém, modernizar, aqui, significaria substituir, no menor prazo possível, os Ginásios acadêmicos pelos GOT's. Deveria ser o trabalho, agora, parte integrante das humanidades e, mesmo por isso, a formação técnica deixaria o lugar de subalternidade que ocupava nos Ginásios para ocupar um lugar central nos currículos da Educação Média, inclusive no “velho” Secundário, desde os tempos coloniais sob controle das classes mais abastadas.<sup>38</sup> Era, portanto, uma proposta complexa, a de se educar para o trabalho em uma Escola que historicamente desprezava tal finalidade. E, ao que parece, faltou combinar com as elites e mesmo com as camadas médias do país.

De qualquer maneira, entre 1969 e 1971, o governo Nilo Coelho se apressou em reformular sua estrutura educacional, construindo novos GOT's modelos ou transformando Ginásios tradicionais existentes em equipamentos orientados para o trabalho. Não se trata de um puro e simples alinhamento com o poder central do regime, mas de algo que envolvia um complexo arranjo de interesses. Nesse sentido, analisar esses discursos implica em interrogar externamente “[...] o contexto daquela fala, sobre as relações sociais, econômicas, políticas que estão implicadas naquele discurso, naquele pronunciamento, em que relações de poder e saber o autor daquele discurso está envolvido”.<sup>39</sup>

O discurso de uma Educação, como certa vez disse o presidente Médici, “voltada ao trabalho”,<sup>40</sup> encontrava respaldo no estado porque atendia,

<sup>38</sup> A pesquisadora Zilda Nunes, que estudou a “modernização” dos Ginásios brasileiros, ressalta a complexidade desse processo na história da Educação brasileira. Para a autora, “trata-se [...] de reconstituir historicamente o aparecimento e a luta pela efetivação da idéia de educar para o trabalho num tipo de escola destinada, desde o período colonial, à formação da elite”. Ver: NUNES, op. cit., p. 4.

<sup>39</sup> ALBUQUERQUE JÚNIOR, op. cit., p. 236-237.

<sup>40</sup> Expressão utilizada por Médici em discurso proferido na aula inaugural da Escola Superior de Guerra,

também, interesses locais, seja da classe política que estava no poder, das classes dirigentes dos setores produtivos, interessados em mão de obra qualificada, ou mesmo da classe trabalhadora, que via na formação para o trabalho uma possibilidade de reprodução social, em um cenário em que o milagre “teimava” em “abençoar” a poucos. No que dependesse do governo de Pernambuco, os Ginásios acadêmicos estariam com os dias contados. O tipo de Ginásio compatível com o crescimento econômico era o “orientado para o trabalho”. O que pode ser percebido em diversas publicações do DO/PE.

Recorremos novamente ao debate de Maingueneau sobre a relação do “Mesmo” do discurso com o seu “Outro” para problematizar a estratégia de desqualificação da perspectiva acadêmica como forma de reafirmação da perspectiva profissionalizante nos Ginásios. Se a “polêmica”<sup>41</sup> é indispensável à manutenção do discurso que se pretende tornar “verdadeiro”, como sugere o autor francês, podemos dizer que ela não foi negligenciada pelos agentes do regime que atuaram no cenário pernambucano. Cada conjunto de enunciados que reafirmava a urgência em transformar os Ginásios acadêmicos em GOT’s era uma forma de legitimar o discurso profissionalizante nos Ginásios, ao mesmo tempo em que se apresentava (explícita ou implicitamente) o “Outro” como um atraso ou uma ameaça ao progresso.

Em um decreto de 20 de junho de 1969, expedido por Nilo Coelho, o estado evidenciava a urgência em transformar os Ginásios acadêmicos em GOT’s, reforçando o discurso da adequação da Educação ao projeto de desenvolvimento. Segundo o documento:

CONSIDERANDO que a transformação dos Ginásios Acadêmicos em Ginásios Orientados para o Trabalho se constitui meta prioritária da política educacional do Governo da União; CONSIDERANDO que o Governo do Estado está perfeitamente harmonizado com o esforço no sentido da reestruturação do ensino de grau médio, objetivando a melhor capacitação dos adolescentes, no atual estágio econômico do País, [...] Fica incluído na

---

na Guanabara, em março de 1970. Na ocasião, o presidente prometia iniciar, em prazo breve, as obras de construção de mais de duas dezenas de Ginásios “voltados para o trabalho” em diferentes partes do país, abrindo mão do termo “orientado para o trabalho”, que era preferido pelos técnicos do MEC. Ver: MÉDICI, Emílio Garrastazu. *Nova consciência de Brasil*. 3. ed. Brasília: Secretaria de Imprensa da Presidência da República, 1973.

<sup>41</sup>Na concepção de Maingueneau, a “polêmica” corresponde à forma em que um determinado polo discursivo se relaciona com o “Outro”. Cada polo estabelece registros positivos e negativos a partir das regras da sua própria formação discursiva. Os enunciados do “Outro” só são “compreendidos” no interior do fechamento semântico do intérprete. Desse modo, o discurso não lida com o Outro como tal, mas com os simulacros que dele estabelece. Ver: MAINGUENEAU, op. cit., p. 99-118.

programação orçamentária da Secretária de Educação e Cultura, no presente exercício financeiro, o projeto [...] - [que visa a] - Transformação de Ginásios Acadêmicos em Ginásios Orientados para o Trabalho.<sup>42</sup>

Não havia uma forma mais evidente de expressar a urgência na “transformação de Ginásios Acadêmicos em Ginásios Orientados para o Trabalho” em Pernambuco. A implantação dos GOT’s nos estados era, de fato, uma prioridade para o regime. Não devemos perder de vista que o projeto de desenvolvimento acelerado era, também, um projeto de direção e controle político. A mudança do ensino acadêmico para a “orientação para o trabalho” atendia, também, à perspectiva do civismo, presente tanto no discurso da União, quanto do governo pernambucano. Como certa vez disse Nilo Coelho, em texto publicado no periódico *Diário de Pernambuco*, “a melhor lição de civismo que podemos transmitir é o trabalho”.<sup>43</sup>

A relação entre trabalho e civismo no discurso institucional foi o motor da chamada Educação utilitarista, que deveria ser imediatamente difundida pelos estados. Essa força articulada entre centro e conjunto atendia aos preceitos da segurança nacional. Como ressalta Marília Fonseca, tratava-se de uma doutrina que era “ao mesmo tempo descentralizada e controladora, privilegiava a organização formal e recusava o conflito ideológico e a intervenção de grupos informais nas instituições educativas”.<sup>44</sup> Afinal de contas, o “cidadão cívico” é aquele que trabalha e contribui para o desenvolvimento nacional, não é aquele que conflita com os interesses superiores da Nação. Era o modelo GOT e não o do “velho” Secundário acadêmico que atenderia a esse projeto de poder.

Em que pese qualquer relação de proximidade ou distanciamento entre o discurso local e o nacional, apresenta-se reiteradamente, em ambos os casos, a permanência da perspectiva acadêmica no Ensino Ginásial como uma ameaça ao próprio processo de desenvolvimento do país. Isso, porque, segundo Maingueneau, o discurso:

[...] não pode ser reconhecido ou acreditado, a não ser que possa oferecer a prova do contrário, mostrar que não é invulnerável.

<sup>42</sup> PERNAMBUCO. Decreto-Lei n° 35, de 20 de junho de 1969. Inclui na programação orçamentária da Secretaria de Educação e Cultura projeto que especifica. *Diário Oficial [do] Estado de Pernambuco*. Recife, PE, 20 jun 1969.

<sup>43</sup> *Diário de Pernambuco*. Recife, 26 jan. 1969, p. 73.

<sup>44</sup> FONSECA, Marília. Políticas públicas para a qualidade da Educação brasileira: entre o utilitarismo econômico e a responsabilidade social. *Cadernos Cedes*, Campinas, v. 29, n. 78, p. 153-177, maio/ago. 2009, p. 160.

O discurso não tem razão a não ser na medida em que se crê que pode ser ameaçado, isto é, que é de fato o Outro que ele destrói [...].<sup>45</sup>

Ou seja, ao apresentar o “Outro” como uma ameaça, faz-se do próprio embate uma forma de legitimação do “Mesmo” do discurso. Nesse caso, o que torna o modelo GOT legítimo é justamente a necessidade de se refutar o “velho” e obsoleto Secundário (acadêmico), uma ameaça ao desenvolvimento.

As diferenças e semelhanças entre o discurso nacional do regime e o assumido pelo governo do estado, conforme tentamos aqui demonstrar, permeiam o processo de conversão do modelo ginásial em Pernambuco, sem, porém, se anularem no jogo de poder e de interesses. O que é importante perceber é que, independente das estratégias discursivas empreendidas e dos enunciados utilizados pelos sujeitos, o discurso institucional do desenvolvimento que interpelava a Educação naquele momento estava na “ordem do dia” em Pernambuco, assim como no restante do país. Como afirma Foucault:

Não há enunciado que não suponha outros; não há nenhum que não tenha, em torno de si, um campo de coexistências, efeitos de série e de sucessão, uma distribuição de funções e de papéis. Se se pode falar de um enunciado, é na medida em que uma frase (uma proposição) figura em um ponto definido, com uma posição determinada, em um jogo enunciativo que a extrapola.<sup>46</sup>

As articulações que materializam esse intercruzamento entre os discursos nacionais e os locais podem ser percebidas tanto nos convênios firmados entre o governo federal e o governo estadual, quanto nos eventos que reuniam representantes do MEC e da SEEC-PE, com a finalidade de reformular os Ginásios de Pernambuco. O governo do estado tinha, pelo menos no discurso, a ousada meta de transformar todas as suas unidades de Ensino Ginásial em GOT's. Essa ideia foi propagada em diversas publicações do DO/PE como um discurso digno de todo apoio, era o ousado projeto que colocaria o primeiro ciclo da Educação Média em aderência com o desenvolvimento do Estado, do interior à capital.

Além dos seus próprios interesses expressos, era preciso convencer os diferentes grupos interessados na formação para o trabalho, dentre eles, os setores produtivos locais e o próprio poder central do regime, de que todos as

<sup>45</sup> MAINGUENEAU, op. cit., 114.

<sup>46</sup> FOUCAULT, *A arqueologia do...* op. cit., p.112.

providências nesse sentido estavam sendo tomadas em Pernambuco. Como nos lembra Durval Muniz, o discurso ou pronunciamento, sempre pressupõe falar para uma dada audiência, expor-se para uma dada plateia, para quem se pretende convencer e cativar.<sup>47</sup> Nilo Coelho e os representantes da SEEC-PE não fugia a essa regra quando o assunto era a transformação dos Ginásios acadêmicos em GOT's.

Em um congresso estadual,<sup>48</sup> ocorrido em agosto de 1969, na cidade de Garanhuns, no agreste pernambucano, que contou com as presenças de Nilo Coelho e do secretário de Educação e Cultura do estado, Roberto Magalhães Melo, além de representantes do MEC, é possível perceber a participação direta do governo federal na transformação dos Ginásios em Pernambuco. Ao anunciar a participação do representante da Diretoria do Ensino Secundário (DES), do MEC, na cerimônia de encerramento, o periódico publicou, destacando como título “Ginásios para o trabalho”:

Hoje, na solenidade de encerramento, o Professor Abelardo Cardoso, da Diretoria do Ensino Secundário [DES] do MEC, pronunciará palestra sobre a nova temática de transformação dos ginásios acadêmicos em orientados para o trabalho. Tal sistema vem progressivamente sendo introduzindo na rede estadual de ensino, que a partir do próximo ano estará com todas as suas unidades transformadas em ginásios polivalentes, com orientação para o trabalho.<sup>49</sup>

Se o discurso se manifesta na materialidade dos enunciados, da realidade da coisa falada ou escrita, como afirma Foucault,<sup>50</sup> essa “nova temática” a que se refere o DO/PE evidencia que o discurso em torno dos GOT's tinha como finalidade, também em Pernambuco, legitimar um projeto maior de formação para o mundo do trabalho na Educação brasileira. Em que pese os interesses particulares do estado, não esqueçamos que, por tudo que representava naquele cenário, Pernambuco nunca esteve fora da “mira do golpe”,<sup>51</sup>

<sup>47</sup> ALBUQUER JÚNIOR, op. cit.

<sup>48</sup> O III Encontro Estadual de Diretores do Ensino Médio foi realizado na cidade de Garanhuns, entre 27 e 30 de agosto de 1969. Segundo o Diário Oficial do Estado de Pernambuco, o evento reuniu 68 diretores de estabelecimentos de Educação Média, entre instituições privadas e oficiais. Tendo recebido ainda representantes do MEC e de outros órgãos do governo federal.

<sup>49</sup> PERNAMBUCO. *Diário Oficial [do] Estado de Pernambuco*, Recife, 30 ago. 1969, p. 1.

<sup>50</sup> FOUCAULT, *A ordem do...* op. cit.

<sup>51</sup> Expressão inspirada no título da coletânea “Pernambuco na mira do golpe”, organizada pela historiadora Marcília Gama da Silva e pelo historiador Thiago Nunes Soares, publicada em 2021, em três volumes, pela Editora Fi, de Porto Alegre.

ainda que essa “mira” tivesse sido, por vezes, ajustada pelos agentes locais que, por vezes, adequaram os interesses nacionais às suas demandas próprias.

Uma das formas de articulação que podemos observar entre o poder central do regime e o governo de Pernambuco são os convênios realizados com a finalidade específica de se estabelecer novos GOT's em Pernambuco, seja pela transformação dos Ginásios já existentes, seja pela edificação de novos equipamentos. Entre 1969 e 1971, o MEC, através de suas equipes e diretorias, tratou de articular vários acordos no sentido de descentralizar o projeto GOT pelo país. Tratava-se de convênios que destinava verbas para as oficinas de iniciação profissionalizante nos Ginásios. Um projeto audacioso que pretendia transformar, até o ano de 1970, todas as unidades da rede estadual de Ensino Ginásial em GOT's.

Um desses acordos foi firmado em 24 de julho de 1970, através de um convênio especial entre o MEC e a SEEC-PE, publicado no DO/PE de 4 de agosto de 1970. Segundo o documento:

CLÁUSULA PRIMEIRA - O Ministério da Educação e Cultura dará um auxílio de quatrocentos e cinquenta e seis mil cruzeiros (Cr\$ 456.000,00) ao Governo do Estado de Pernambuco, destinado ao equipamento de oito (8) oficinas de artes industriais, doze (12) oficinas de técnicas comerciais e doze (12) oficinas de educação para o lar [...].<sup>52</sup>

Chama a atenção na leitura do documento a ausência de recursos para as chamadas “técnicas agrícolas”, em tese, indispensável ao famigerado projeto de interiorização do desenvolvimento empreendido por Nilo Coelho. É importante destacar que o próprio documento SEGP estabelece que os estabelecimentos GOT's, em suas duas primeiras séries, deveriam optar entre “técnicas agrícolas” ou “artes industriais”, “dependendo a escolha, em grande parte, do tipo de economia da região”.<sup>53</sup>

O convênio priorizava a formação nas artes industriais em um cenário em que o estado de Pernambuco ainda tinha a economia, em larga medida, agrícola. Embora tenha havido uma maior diversificação industrial no estado a partir dos anos de 1960, sobretudo com os incentivos da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), tal ampliação foi concentrada

<sup>52</sup> PERNAMBUCO. *Diário Oficial [do] Estado de Pernambuco*, Recife, 4 ago. 1970, p. 22.

<sup>53</sup> BRASIL, op. cit., p. 83.

na Região Metropolitana do Recife, conforme destacam Abraham Sicsú, João Lima e Maria Padilha.<sup>54</sup> Ainda segundo os autores:

Enquanto isso, as regiões interioranas continuaram muito pouco dinâmicas e com suas economias fortemente dependentes de atividades primárias, seja no Sertão ou no Agreste, mesmo que, em algumas cidades do Agreste, tenham surgido algumas atividades agroindustriais.<sup>55</sup>

Se tomarmos como base o que sugeria o SEGP, há no referido convênio, ao prescindir das “técnicas agrícolas” em detrimento das “artes industriais”, no mínimo, uma incoerência. Embora os documentos não nos permitam ser categóricos, parecia haver um direcionamento por parte do governo federal no sentido de privilegiar, em Pernambuco, a formação para o trabalho industrial, que atenderia, prioritariamente, os setores produtivos da capital. O que reforça a ideia de que os esforços empreendidos pelo governo local no sentido de interiorizar desenvolvimento não era necessariamente uma reprodução do projeto do poder central do regime.

Em todo caso, o governo de Pernambuco, sem perder de vista seu plano de interiorização do desenvolvimento, não abdicou de levar os novos Ginásios aos municípios considerados mais afastados da capital, portanto, em processo de industrialização menos consolidado do que o observado no Recife, mesmo em cidades que hoje integram a Região Metropolitana. Apostando em equipamentos modelos, que causam mais impacto midiático, Nilo Coelho conseguiu viabilizar, junto ao governo federal, recursos para transformação e construção de novos equipamentos “do litoral ao sertão”.

Sempre com tom de entusiasmo, o DO/PE divulgava os novos GOT’s que chegavam ao interior do estado, como em uma publicação de janeiro de 1971, em que celebrava a construção de novas edificações destinadas à orientação para o trabalho.

O PNE iniciou esta semana a construção de três novos prédios destinados ao funcionamento de Ginásios Orientados para o Trabalho – GOT, nas cidades interioranas de Limoeiro, Salgueiro e Ouricuri, estando reservada para cada uma verba de Cr\$ 800.000,00. Todo estabelecimento assim fixado dentro da nova

<sup>54</sup>LIMA, João Policarpo Rodrigues; PADILHA, Maria Fernanda Gatto; SICSÚ, Abraham Benzaquem. Economia de Pernambuco: transformações recentes e perspectivas no contexto regional globalizado. *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza, v. 38, n. 4, p. 525-541, out/dez. 2007, p. 537.

<sup>55</sup>Ibidem.

filosofia de Ensino Integrado, disporá de cerca de 800 vagas, para candidatos durante os três turnos. Afora aqueles já citados estão em fase de construção adiantada os GOT de Escada e Goiana.<sup>56</sup>

O Diário Oficial do Estado de Pernambuco publicava, reiteradamente, a mesma notícia, em diferentes edições, quando se tratava de divulgar os novos Ginásios. A estratégia de entregar novos GOT's considerados modelos, de forma descentralizada nas diferentes regiões do estado, não resolvia o problema da falta de acesso da grande maioria da população pernambucana, mas causava um impacto que levava a sensação de que havia, de fato, uma tentativa de democratização das oportunidades de escolarização. Aliás, estratégia nunca abandonada pela classe política pernambucana que ocuparia espaços de poder, mesmo no período de redemocratização.

O fato é que enquanto cerca de 82% da população ainda não havia concluído o Ensino Primário, a SEEC-PE investia esforços nos novos Ginásios como se a substituição da perspectiva acadêmica pela perspectiva da orientação para o trabalho fosse, por si só, capaz de resolver o problema do enorme contingente que ainda precisava ser inserido no âmbito da Educação formal. Uma estratégia que certamente não corroborava para a promoção da dignidade da população e que contrariava, inclusive, a própria lógica de reprodução capitalista, que não prescindia de uma população escolarizada.

## Considerações finais

Procuramos, neste estudo, discutir as narrativas em torno dos Ginásios Orientados para o Trabalho (GOT's) enquanto questão central do debate acerca da formação para o trabalho e como a Educação foi associada ao projeto de desenvolvimento experimentado em Pernambuco, entre os anos de 1969 e 1971, analisando as aproximações e os possíveis distanciamentos em relação ao poder central do regime civil-militar que governava o país.

Diferente do que se convencionou adotar, os agentes políticos que ocupavam espaços de poder em Pernambuco não reproduziram integralmente o discurso nacional, embora encontrasse muitos pontos de aderência. A chamada “interiorização do desenvolvimento”, empreendida pelo governador Nilo Coelho, implicou em uma estratégia de descentralização dos investimentos em Educação pelo interior do estado, o que não convergia com a política difusionista dos programas federais, que priorizava os grandes centros urbanos.

<sup>56</sup> PERNAMBUCO. *Diário Oficial [do] Estado de Pernambuco*, Recife, 31 jan. 1971, p.1.

Entretanto, na contramão do discurso de Coelho, após três anos no poder, no estado em que se governava “de costas para o mar”, 73,5% das crianças e adolescentes em idade ginásial não havia superado o analfabetismo.

A análise das publicações do Diário Oficial do Estado de Pernambuco e do periódico comercial Diário de Pernambuco evidencia que o discurso da formação para o trabalho impulsionou uma corrida pela implementação do projeto GOT's no estado, a partir de uma narrativa baseada na desconstrução do ensino acadêmico e supervalorização do ensino polivalente e orientado para o trabalho. Como coloca Maingueneau, refutar o “Outro” (contrário) é uma forma eficaz de reafirmação de um discurso.<sup>57</sup> Na qualidade de “verdadeiro”, o discurso de uma escola moderna, alinhada com as demandas do projeto econômico, foi apresentado como alternativa ao “subdesenvolvimento” e ao atraso industrial.

No discurso do MEC, especialmente o observado no documento *Subsídios para o estudo do Ginásio Polivalente (SEGP)*, a modernização dos Ginásios, que concentraria em uma única Escola Ginásial o ensino secundário e o técnico, ajudaria a superar não só o problema da falta de oferta de escolarização, mas também o do dualismo existente entre as escolas das elites e as destinadas às classes populares. Todavia, não há qualquer evidência de que esse projeto tenha sido capaz de resolver tais problemas. No caso do dualismo, observa-se, na verdade, um agravamento, uma vez que agora era preciso apenas um Ginásio (orientado para o trabalho) para ofertar diferentes ensinos, em virtude do espaço e, sobretudo, do seu público.

## Referências

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. Discursos e pronunciamentos: a dimensão retórica da historiografia. In: LUCA, Tania Regina de; PINSKY, Carla Bassanezi. *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009, p. 223-250.

CUNHA, Luiz Antônio. Roda-viva. In: CUNHA, Luiz Antônio; GÓES, Moacyr de. *O golpe na educação*. 6. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1989. p. 35-90.

FICO, Carlos. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 9, n. 20, p. 05 - 74, jan./abr. 2017.

<sup>57</sup> MAINGUENEAU, op. cit.

FONSECA, Marília. Políticas públicas para a qualidade da Educação brasileira: entre o utilitarismo econômico e a responsabilidade social. *Cadernos Cedes*, Campinas, v. 29, n. 78, p. 153-177, maio/ago. 2009.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 3 ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FREIRE, Elaine Oliveira de Lima. Uma História Social do Movimento de Resistência a Ditadura Militar de Casa Amarela. In: Simpósio Nacional de História, 2005, Londrina. *Anais do XXIII Simpósio Nacional de História: história, guerra e Paz*, Londrina: ANPUH, 2005. p. 1-8.

LIMA, João Policarpo Rodrigues; PADILHA, Maria Fernanda Gatto; SICSÚ, Abraham Benzaquem. Economia de Pernambuco: transformações recentes e perspectivas no contexto regional globalizado. *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza, v. 38, n. 4, p. 525-541, out/dez. 2007.

LIMA JÚNIOR, José Ferreira de. *Protestantismo e golpe militar de 1964 em Pernambuco*: Uma análise da Cruzada de Ação Básica Cristã. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião). Programa de Mestrado em Ciência da Religião, Universidade Católica de Pernambuco, Recife, 2008.

MAINGUENEAU, Dominique. *Gênese dos discursos*. Tradução: Sírio Possenti. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MATHIAS, Suzeley Kalil. *A militarização da Burocracia*: a participação militar na administração federal das comunicações e da Educação 1963-1990. São Paul: UNESP, 2004.

NORONHA, Olinda Maria. A luta pela ampliação das oportunidades escolares (1950-1990). In: NORONHA, Olinda Maria; RIBEIRO, Maria Luisa; XAVIER, Maria Elizabete. *História da Educação*: a escola no Brasil. São Paulo: FTD, 1994.

NUNES, Zilda Clarice Rosa Martins. *A modernização do ginásio secundário e a manutenção da ordem*. Dissertação (Mestrado em Educação). Departamento de Filosofia da Educação, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1979.

REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura e democracia no Brasil*: do golpe de 1964 à Constituição de 1988. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

## Fontes

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura (MEC)/ Equipe de Planejamento do Ensino Médio (EPEM). *Subsídios para o estudo do Ginásio Polivalente*. Rio de Janeiro: Diretoria do ensino secundário, 1969.

*Diário de Pernambuco*. Recife, 01 jan. 1969, p. 28.

*Diário de Pernambuco*. Recife, 03 jan. 1969, p. 11.

*Diário de Pernambuco*. Recife, 26 jan. 1969, p. 73.

IBGE. *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística*. Censo Brasileiro de 1970. Série Nacional. Rio de Janeiro: IBGE, 1973.

IBGE. *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística*. Censo Brasileiro de 1970. Série Regional (Pernambuco). Rio de Janeiro: IBGE, 1972.

PERNAMBUCO. Decreto-Lei nº 35, de 20 de junho de 1969. Inclui na programação orçamentária da Secretaria de Educação e Cultura projeto que especifica. *Diário Oficial do Estado de Pernambuco*. Recife, PE, 20 jun 1969.

PERNAMBUCO. *Diário Oficial [do] Estado de Pernambuco*, Recife, 20 fev. 1969, p. 36.

PERNAMBUCO. *Diário Oficial [do] Estado de Pernambuco*, Recife, 4 ago. 1970, p.22.

PERNAMBUCO. *Diário Oficial [do] Estado de Pernambuco*, Recife, 24 ago. 1969, p.24.

PERNAMBUCO. *Diário Oficial [do] Estado de Pernambuco*, Recife, 30 ago. 1969, p.1.

PERNAMBUCO. *Diário Oficial [do] Estado de Pernambuco*, Recife, 31 jan. 1971, p.1.

PERNAMBUCO. Governador do estado (1967-1971 - *Nilo de Souza Coelho*). *Discurso de Posse*. Recife, 31 jan. 1967. In: PERNAMBUCO. *Diário Oficial [do] Estado de Pernambuco*. Recife, 01 fev de 1967.

Artigo recebido para publicação em 31/01/2022  
Artigo aprovado para publicação em 03/05/2022